



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS V  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE ARQUIVOLOGIA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA

**RAYANNE LIDIA MEDEIROS DE SOUSA FAUSTINO**

**SILÊNCIO QUE FALA: ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DE PESSOAS SURDAS  
NOS ARQUIVOS**

**João Pessoa**

**2024**

RAYANNE LIDIA MEDEIROS DE SOUSA FAUSTINO

**SILÊNCIO QUE FALA: ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DE PESSOAS SURDAS  
NOS ARQUIVOS**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Coordenação do Curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Silêncio que fala: Acessibilidade e Inclusão de Pessoas Surdas nos Arquivos.

**Orientador:** Profa. Dra. Francinete Fernandes Sousa

**João Pessoa**

**2024**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F268s Faustino, Rayanne Lidia Medeiros de Sousa.

Silêncio que fala: acessibilidade e inclusão de pessoas surdas nos arquivos [manuscrito] / Rayanne Lidia Medeiros de Sousa Faustino. - 2024.

37 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2024.

"Orientação : Profa. Dra. Profa. Francinete Fernandes Sousa , Coordenação do Curso de Ciências Biológicas - CCBSA."

1. Acessibilidade. 2. Pessoas Surdas. 3. Inclusão. 4. Arquivologia. 5. Arquivista. I. Título

21. ed. CDD 362.42

RAYANNE LIDIA MEDEIROS DE SOUSA FAUSTINO

**SILÊNCIO QUE FALA: ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DE PESSOAS SURDAS  
NOS ARQUIVOS**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)  
apresentado a/ao Coordenação  
/Departamento do Curso Arquivologia da  
Universidade Estadual da Paraíba, como  
requisito parcial à obtenção do título de  
Silêncio que fala: Acessibilidade e Inclusão  
de Pessoas Surdas nos Arquivos.

Aprovada em: 17/06/24

**BANCA EXAMINADORA**

Francinete Fernandes de Sousa

Profa. Dra. Francinete Fernandes Sousa (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Naiany de Souza Carneiro

Profa. Ma. Naiany de Souza Carneiro  
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Viviane Barreto Motta Nogueira

Profa. Dra. Viviane Barreto Motta Nogueira  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

## **DEDICATÓRIA**

A Deus, porque sem Ele eu não sou nada.  
Toda minha família e amigos.  
Em especial a toda comunidade surda. Dedico.

" No mundo há muitas línguas diferentes, mas cada uma tem seu sentido. Porém, se eu não entendo a língua que alguém está falando, então quem fala é estrangeiro para mim e eu sou estrangeiro para ele."

Primeira carta de Paulo aos Coríntios

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 HISTÓRIA DOS SURDOS .....</b>	<b>12</b>
2.1 Os Surdos na Grécia Antiga.....	12
2.2 A história dos surdos no Brasil .....	13
2.3 A influência de Taylor na Educação dos surdos.....	14
2.4 A escrita de surdos: Desafios e perspectivas.....	15
2.5 Aspecto da justiça social na Arquivologia.....	16
2.6 Principais dificuldades que a comunidade surda enfrenta ao precisarem de acesso à informação .....	17
2.7 Diferença entre pessoas surdas e pessoas com deficiência auditiva (DA) .....	19
2.8 Estudo sobre o uso da informação e acessibilidade na Arquivologia.....	20
<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>22</b>
<b>4 APRESENTAÇÃO DOS DADOS, ANÁLISES E RESULTADOS.....</b>	<b>22</b>
<b>5 DISCUSSÃO .....</b>	<b>30</b>
<b>6 CONCLUSÃO .....</b>	<b>32</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>34</b>
<b>APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA AVALIAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS NOS ARQUIVOS COM PROFISSIONAIS ARQUIVISTAS .....</b>	<b>36</b>

# SILÊNCIO QUE FALA: ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DE PESSOAS SURDAS NOS ARQUIVOS

Rayanne Lidia Medeiros de Sousa Faustino <sup>1</sup>

Profa. Dra. Francinete Fernandes Sousa <sup>2</sup>

## RESUMO

Este estudo aborda os problemas enfrentados pelos surdos quando tentam buscar informação em instituições arquivísticas. O embasamento teórico se deu por meio de autores que discutem a relevância da acessibilidade em arquivos (Guinchat e Menou, 1994) e a justiça social (Sandel, 2015), com ênfase no direito à acessibilidade como elemento relevante para a inclusão social, independentemente de classe social, gênero, raça ou condição física. A pesquisa se caracterizou como descritiva, exploratória e quali-quantitativa, utilizando questionários como instrumento de coleta de dados. A amostra foi constituída por um grupo aleatório de participantes arquivistas por escolha pessoal do pesquisador e foi composta por (15) quinze questionários enviados, dos quais 4 (quatro foram respondidos por profissionais da área de arquivologia no Estado da Paraíba (João Pessoa/ Campina Grande) e Ceará (Fortaleza). Os dados foram coletados através do google forms e o método utilizado foi a análise de conteúdo. Os resultados da pesquisa demonstraram as dificuldades que os arquivistas podem enfrentar ao atender usuários surdos, evidenciando lacunas nas aplicações das leis que garantem o direito à informação e comunicação para este grupo. A acessibilidade é fundamental para garantir a inclusão de todos os indivíduos, independente de suas características individuais. No contexto da Arquivologia, essa questão assume ainda maior importância, pois os arquivos contêm informações essenciais para o exercício da cidadania. Os resultados da pesquisa ainda corroboram com a ideia de que há necessidade de aprimoramentos das leis e políticas públicas, as quais visam à acessibilidade, bem como objetivam promover a formação continuada dos profissionais da área de arquivologia sobre essa temática. Portanto, a presente pesquisa contribui para a compreensão da importância da acessibilidade no trabalho, com foco na área de arquivologia, demonstrando a necessidade de ações concretas para garantir a inclusão de todos os indivíduos nos arquivos, promovendo a justiça social. Como sugestão, outros estudos devem aprofundar o tema sobre políticas públicas e a formação dos profissionais da área de arquivologia em relação à acessibilidade.

**Palavras-Chave:** Acessibilidade; Pessoas Surdas; Inclusão; Arquivologia; Arquivista.

---

<sup>1</sup> Acadêmico do curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba - Campus V. João Pessoa-PB Email: rayanne.faustino@aluno.uepb.edu.br

<sup>2</sup> Professora Doutora da Universidade Estadual da Paraíba – Campus V. João Pessoa- PB Email: neteducadora@servidor.uepb.edu.br



## ABSTRACT

This study addresses the problems faced by deaf people when trying to search for information in archival institutions. The theoretical basis was provided by authors who discuss the relevance of accessibility in archives (Guinchar and Menou, 1994) and social justice (Sandel, 2015), with an emphasis on the right to accessibility as a relevant element for social inclusion, regardless of social class, gender, race or physical condition. The research was characterized as descriptive, exploratory and qualitative-quantitative, using questionnaires as a data collection instrument. The sample consisted of a random group of archivist participants by personal choice of the researcher and was composed of 15 questionnaires sent, of which 4 (four) were answered by professionals in the field of archival science in the State of Paraíba (João Pessoa/Campina Grande) and Ceará (Fortaleza). The data was collected through Google Forms and the method used was content analysis. The research results demonstrated the difficulties that archivists may face when serving deaf users, highlighting gaps in the application of laws that guarantee the right to information and communication for this group. Accessibility is fundamental to guarantee the inclusion of all individuals, regardless of their individual characteristics, this issue takes on even greater importance, as archives contain essential information for the exercise of citizenship. The research results also corroborate the idea that there is a need for improvements in laws and public policies, which aim to improve accessibility, as well as promoting the continued training of professionals in the field of archival science on this topic. Therefore, this research contributes to understanding the importance of accessibility at work, focusing on the area of archival science, demonstrating the need for concrete actions to guarantee the inclusion of all individuals in archives, promoting social justice. As a suggestion, other studies should delve deeper into the topic of public policies and the training of archival professionals in relation to accessibility.

**Keywords:** Accessibility; Deaf People; Inclusion; Archival science; Archivist.

## 1 INTRODUÇÃO

Iniciamos o nosso estudo a partir das motivações que delimitam o fenômeno pesquisa, apresentando as motivações divididas em três diferentes dimensões, a saber: a motivação pessoal, a motivação social e a motivação acadêmica.

Começamos o curso de Pedagogia, porém cursei apenas um período, mas foi o suficiente para entendermos a necessidade de inclusão de todas as pessoas e sua importância dentro da sociedade. Sempre foi observado a dificuldade de atenção, das pessoas mais carentes no que tange às suas necessidades pessoais e sociais, estas muitas vezes são esquecidas pelo Estado e grande parte da população. Tais grupos de pessoas precisam ser vistas e incluídas de uma forma mais efetiva na sociedade, a fim de ter acesso à comunicação, educação, ter pleno direito a socialização com outrem, não se restringindo apenas a sua comunidade, mas sim toda população.

Sobre a surdez, a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, informa que a difusão da Língua Brasileira de Libras é um direito. A própria lei traz em sua criação a necessidade em divulgar a linguagem de Libras perante a sociedade, mas não é essa realidade que as pessoas com surdez enfrentam em seu dia a dia.

Uma das razões que motivaram este estudo foi a nossa experiência profissional como recepcionista. Atualmente, verificamos a deficiência existente na comunicação com pessoas surdas. Não conseguimos nos comunicar com elas. Nesta experiência como recepcionista, na comunicação com essas pessoas e para conseguir ajudá-las, era preciso usar a linguagem escrita a fim de sanar suas dúvidas e solicitações. Acreditamos que todas as pessoas, independentemente de sua fragilidade ou limitação, têm o direito de se comunicar e ter acesso à informação de forma eficiente.

Na dimensão social, perguntamos sobre a aplicação de leis como a Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão (LBI), que “tem como objetivo assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.” Essa lei visa assegurar à sociedade a equidade e igualdade. No entanto, essa não é a realidade que as pessoas com deficiência enfrentam. Em nosso estudo, especificamente, vimos que as pessoas surdas necessitam de apoio educacional, o qual falha na inclusão dessa parte da população. Observa-se, por exemplo, a

inexistência do ensino de Libras em diferentes âmbitos da educação. Como se pode pregar a inclusão e divulgar a linguagem de Libras se na própria educação não existe uma disciplina que ensine essa linguagem para que os indivíduos possam se comunicar e ajudar pessoas com necessidades especiais, como a surdez?

Dessa forma, a motivação social deste estudo se faz presente através da necessidade de inclusão das pessoas com deficiência. Esse assunto não pode ser esquecido pela sociedade, pois existem leis e diretrizes que abordam a inclusão, divulgação e acesso. No entanto, na prática, essas leis não são aplicadas à realidade dessas pessoas. Assim, a discussão para reduzir as dificuldades de acesso à informação deve ser priorizada pelos órgãos públicos, de modo que não se apresentem apenas medidas paliativas.

A nossa motivação acadêmica mostra que esse assunto é importante para a Arquivologia, pois existe uma relação entre Arquivologia e pessoas com necessidades especiais. A Arquivologia, como disciplina que estuda a organização, preservação e acesso a documentos, possui práticas e diretrizes que podem ser adaptadas e tornadas acessíveis para pessoas surdas. É importante garantir que os arquivos sejam organizados de forma a facilitar o acesso e a compreensão das informações por todos os usuários, incluindo aqueles com surdez. Isso pode envolver a utilização de recursos visuais, como etiquetas claras e descritivas, cores específicas para categorização e sinalizações visuais para identificação de seções e documentos. Além disso, a utilização de tecnologias assistivas pode ser aplicada para tornar os arquivos mais acessíveis às pessoas com limitações auditivas. Portanto, a Arquivologia pode e deve considerar as especificidades dessa comunidade para garantir a inclusão e igualdade de acesso à informação contida nos arquivos.

A Arquivologia também inclui disciplinas como uso e usuários, que têm o objetivo de mostrar como fornecer acesso à informação, incluindo acessibilidade para pessoas com deficiência. Essas pessoas têm dificuldades para se comunicar na sociedade em geral, e o arquivista precisa entender como proporcionar acessibilidade a elas, comunicando-se bem e compreendendo suas solicitações sem deixar dúvidas.

Após expor as motivações deste trabalho, delimitamos a pergunta guia desta pesquisa, a saber: Quais são os desafios que os arquivistas enfrentam para fornecer

acesso à informação a pessoas surdas no arquivo, conforme a Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011?

Com base na problemática identificada, este artigo tem como objetivo geral apresentar as dificuldades que pessoas surdas podem enfrentar ao buscar informações em arquivos é por outro lado as dificuldades dos arquivistas em fornecer informações a essas pessoas, por não ter conhecimento em libras o que seria importante para auxiliar na gestão da informação pelo profissional arquivista. Os objetivos específicos são: 1) Investigar os desafios enfrentados por pessoas surdas ao acessar e utilizar materiais arquivísticos; 2) Explorar estratégias e tecnologias que podem aprimorar o acesso à informação no campo da Arquivologia; 3) Examinar o cenário atual de acessibilidade em arquivos e propor soluções inovadoras; 4) Contribuir para o avanço de práticas inclusivas na Arquivologia em benefício da comunidade surda.

Destarte, o presente artigo monográfico apresenta uma introdução, uma seção refletindo sobre aspectos históricos dos surdos, outra sobre justiça social na Arquivologia, abordando as dificuldades e obstáculos enfrentados pela comunidade surda ao buscar acesso à informação, além de uma reflexão sobre o uso da informação e acessibilidade na Arquivologia. Apresentamos a metodologia do estudo, análise e discussão, e por fim, a conclusão, na qual resumimos os pontos abordados.

## **2 HISTÓRIA DOS SURDOS**

### **2.1 Os Surdos na Grécia Antiga**

Segundo Mori e Sander (2015, p. 2), as pessoas surdas eram entendidas pela sociedade como indivíduos incapazes de raciocinar e sem habilidades para o ambiente social. Naquela época, as pessoas com deficiência auditiva enfrentavam muitos preconceitos perante toda a sociedade, não havendo nenhuma espécie de direito que assegura sua proteção. Muitas vezes, os preconceitos eram tão intensos que muitos eram levados à morte. Segundo Sócrates, no ano de 360 a.C., era permitido que os surdos se comunicassem através do corpo e das mãos.

A escrita dos surdos é um campo de pesquisa em constante desenvolvimento, com novas metodologias e recursos surgindo para auxiliar no processo de aprendizagem. É fundamental reconhecer as especificidades linguísticas dos surdos

e promover uma educação bilíngue de qualidade, garantindo o acesso à comunicação e à expressão escrita em português de forma plena e autônoma.

Outros períodos foram de grade relevância histórica, como afirmamos anteriormente, serão melhor tratados em estudos mais aprofundados e dedicados ao trajeto histórico, porém decidimos aqui, dar um salto e nos concentrar no século XX, pois com o Taylor tivemos, apesar das controvérsias avanços na educação dos surdos.

## 2.2 A história dos surdos no Brasil

A educação para pessoas com surdez teve início nos anos de 1857. A nossa língua de Sinais foi originalizada da França. Segundo Goldfeld (1997, p. 25), “[...] o monge beneditino espanhol, Pedro Ponce de Leon (1520-1584), ensinou quatro surdos, filhos de nobres, a falar grego, latim e italiano, além de ensinar-lhes conceitos de físicas e astronomia”. Leon foi responsável por desenvolver o método chamado o alfabeto manual, a escrita e a oralização. Também criou uma escola de professores para escola de surdos. O alfabeto que foi criado por Leon foi o início da criação de outras criações de alfabetos para pessoas surdas. Goldfeld (1997, p. 25)

Dom Pedro II tem um importante papel na história da educação das pessoas surdas no Brasil. O seu interesse surge pois o esposo de sua filha princesa Isabel, o Príncipe Luís Gastão de Orléans era parcialmente surdo, mas não existe nada que comprove essa suposição. Strobel (2008, p. 89)

Em 1855, um professor francês e sua esposa chegam ao Brasil a convite de Dom Pedro II tendo em vista o objetivo de fundar uma escola para surdos. A escola INES foi fundada em 26 de setembro de 1857 na cidade do Rio de Janeiro.

Foi a partir da Constituição de 1988 que tornou legalmente reconhecida a necessidade da educação de pessoas surdas para chegar à importância que tem nos dias atuais. Segundo Felipe (2006, p.45), “a Constituição Federal de 1988, nos artigos 205 e 208, bem como a LDB – Lei de Diretrizes e Bases, nos artigos 4ª, 58, 59 e 60, garantem às pessoas surdas o direito de igualdade de oportunidade no processo educacional”.

Contudo, essa não tem sido uma realidade nas nossas escolas. Mesmo com o avanço na educação brasileira em relação ao acesso de pessoas surdas à

educação, informação, acessibilidade e comunicação, ainda existem falhas que precisam ser avaliadas e para as quais é preciso buscar soluções para gerar melhores resultados para a comunidade surda.

Segundo pesquisas do IBGE, as pessoas surdas no Brasil equivalem a cerca de 5% da população. Parte dessas pessoas utiliza a Libras como opção de comunicação. Esse número vale a um total de 10 milhões de pessoas, mas 2,7 milhões não escutam absolutamente nada.

### 2.3 A influência de Taylor na Educação dos surdos

Frederick Winslow Taylor, um engenheiro mecânico americano do início do século XX, ficou conhecido como o "pai da Administração Científica". Suas ideias, embora controversas, tiveram um impacto significativo na educação de surdos, gerando debates acalorados até hoje.

Taylor defendia a aplicação de princípios científicos à pedagogia, buscando otimizar o processo de ensino-aprendizagem e aumentar a "produtividade" dos alunos surdos. Em sua obra "The Principles of Scientific Management" (1911), ele propôs métodos rigorosos de observação e análise do comportamento dos alunos, com o objetivo de identificar e eliminar ineficiências.

#### **Mas será que a educação de surdos se resume a números e eficiência?**

Taylor defendia a padronização de métodos de ensino, o ensino individualizado e a utilização de recompensas e punições para motivar os alunos. Essa abordagem, embora inovadora para a época, gerou críticas por parte de educadores que defendiam um currículo mais amplo e inclusivo, valorizando as experiências e necessidades individuais dos alunos surdos.

As ideias de Taylor influenciaram o desenvolvimento de escolas vocacionais para surdos, que priorizavam a formação profissional em detrimento da educação geral. Essa visão gerou debates sobre o papel da educação de surdos na sociedade, questionando se a comunidade surda deveria ser limitada a funções pré-definidas ou se deveria ter acesso a um conhecimento mais amplo e abrangente.

Embora Taylor tenha contribuído para o desenvolvimento de novas técnicas de ensino e para a compreensão do processo de aprendizagem dos alunos surdos, é

crucial reconhecer que suas ideias, com ênfase na eficiência e na padronização, podem levar a práticas pedagógicas desumanizadas e excludentes.

É fundamental considerar as necessidades individuais e a diversidade dos alunos surdos ao desenvolver currículos e métodos de ensino. Uma educação de qualidade para a comunidade surda deve respeitar a cultura e a identidade surda, promovendo o desenvolvimento integral dos alunos e preparando-os para uma vida plena e significativa na sociedade.

A educação de surdos vai além de números e eficiência. É um processo complexo e humano que deve valorizar as experiências e necessidades individuais dos alunos, respeitando sua cultura e identidade. As ideias de Taylor, embora inovadoras para a época, precisam ser avaliadas criticamente e adaptadas à realidade da comunidade surda do século XXI.

#### 2.4 A escrita de surdos: Desafios e perspectivas

Um dos campos importantes de pesquisa em desenvolvimento, sempre com inovações metodológicas e recursos, estão surgindo para auxiliar no processo de aprendizagem dos surdos. Torna-se importante perceber as formas linguísticas variadas e específicas dos surdos e assim desenvolver uma educação bilíngue eficiente, a qual considere o acesso à comunicação e à expressão escrita em português de forma plena e autônoma capaz de atingir este grupo.

Dentre os diversos estudos que abordam o tema Quadros e Schmiedt (2006), identificam três estágios de interlíngua na escrita:

- **Estágio 1:** Caracterizado por uma escrita próxima à Libras, com falta de artigos, preposições e conjunções, uso frequente do infinitivo e rareza de verbos de ligação.
- **Estágio 2:** Apresenta mescla de características da Libras e do português escrito, com frases justapostas e estruturas gramaticais ainda em desenvolvimento.
- **Estágio 3:** Demonstra maior domínio da sintaxe e ortografia do português escrito, com menor influência da Libras na estrutura das frases.

**Valentini e Bisol (2012)**, por sua vez, ressaltam a importância da educação bilíngue no processo de alfabetização e letramento de surdos. Segundo as autoras, a Libras deve ser utilizada como base para o ensino da leitura e da escrita em português, possibilitando uma aprendizagem mais significativa e contextualizada.

Assim, constata-se a partir do discurso dos autores a importância de investigar esse mundo dos surdos e mostra-se urgente estudos que demonstram as condições de acesso a informação deste grupo e para tanto é necessário um trabalho de caráter científico como o que estamos propondo.

## 2.5 Aspecto da justiça social na Arquivologia

Existe uma discussão referente ao assunto justiça social, termo responsável por garantir a toda pessoa independente de sua classe social, gênero ou raça o direito à acessibilidade de uma forma uniforme a toda sociedade. O texto de Sandel (2015), cujo tema é a justiça social na Arquivologia, apresenta uma revisão de literatura sobre o assunto. O texto destaca que, nos últimos anos, a literatura arquivística internacional tem abordado a justiça social e suas implicações, mas esse tema ainda não é explorado na literatura científica brasileira da área. O artigo propõe uma discussão teórica sobre a aplicação da justiça social nos estudos da Arquivologia a nível internacional, por meio de uma revisão de literatura em três periódicos arquivísticos importantes.

Os resultados mostram que a justiça social nos arquivos está relacionada ao reconhecimento das comunidades marginalizadas e à reparação em casos de ditaduras, abandono e violação dos direitos humanos.

Além disso, o texto destaca a importância de rever as bases teóricas e conceituais da Arquivologia, bem como os valores éticos dos profissionais arquivistas. Também são mencionadas abordagens teóricas críticas, como a ética do cuidado e a teoria crítica da raça. O estudo busca contribuir para o mapeamento das perspectivas de pesquisa em Arquivologia relacionadas à justiça social.

Assim, respaldados neste estudo em que é avaliada falhas existentes na inclusão à acessibilidade entre os povos menos favorecidos, como as pessoas surdas, mesmo com programas criados com o intuito de ser realizado a inclusão com pessoas com deficiência nas escolas, universidades e outros, é identificado a falta de



comunicação na sociedade, pois a maioria dos seres humanos não aprenderam na sua formação como indivíduo na sociedade a linguagem em LIBRAS. Não dá para se comunicar com alguém surda se na educação não se tem como obrigatoriedade aprender a comunicação dos sinais.

Uma pessoa que não se comunica pela via oral-auditiva enfrenta mais dificuldade para pedir informações na rua, solicitar ajuda em situações de perigo e em diversas outras circunstâncias, pois não consegue transmitir sua linguagem de maneira compreensível para qualquer pessoa sem necessidades especiais. A importância de tornar a Língua Brasileira de Sinais (Libras) uma língua universal é fundamental para a inclusão, permitindo que pessoas com essa deficiência possam se comunicar de maneira equitativa com a sociedade em geral.

Percebe-se as falhas de acesso à informação com pessoas surdas em movimentos simples do nosso dia a dia. Eles são como um recém-nascido que não sabe falar e precisa se comunicar através do choro para ser entendido. Os surdos precisam dos gestos para serem compreendidos, entretanto precisa que o indivíduo que esteja recebendo a informação o entenda com clareza e eficácia.

É papel do arquivista promover possibilidades para garantir ao usuário acesso à informação. Para isso, é necessário que a justiça social seja aplicada na sociedade com mais propriedade. O governo precisa estudar estratégias e métodos para criar uma inclusão para pessoas surdas com mais precisão e não apenas um paliativo. A sociedade precisa aprender a linguagem de SINAIS e não apenas qualificar pessoas como intérpretes.

## 2.6 Principais dificuldades que a comunidade surda enfrenta ao precisarem de acesso à informação

Existem vários obstáculos que os surdos passam em seu cotidiano entre eles estão: (I) A dificuldade na formação acadêmica; mesmo que a educação tenha evoluído muito, ainda possui algumas brechas em abertos para ser fechadas sobre a inclusão de pessoas surdas. Entre as dificuldades enfrentadas estão: a falta de estrutura e recurso nas instituições de ensino, a ausência de intérpretes, materiais didáticos adaptados para visualização, a carência de professores capacitados para ensinar pessoas surdas. ZANCAN (2024, 62). (II) Mercado de trabalho; A falta de profissionais que tenham conhecimento em LIBRAS para a comunicação seja possível

em seu ambiente de trabalho, o preconceito ainda expressivo nas instituições trabalhistas por entenderem o surdo com um indivíduo com limitações e intelecto invalidado, porém os surdos são pessoas capazes de desenvolver o pensamento cognitivo.

Segundo Kojima e Segala (2008), as pessoas surdas não têm atraso no seu desenvolvimento mental por causa da má comunicação em sua convivência enquanto ser humano na sociedade. Então as pessoas surdas podem ter uma vida normal como os ouvintes, desde que tenha uma infraestrutura criada pelo governo para realmente ter a inclusão desde a educação, convivência familiar, trabalho e outros ambientes favoráveis para essas pessoas poderem ter o livre acesso a qualquer tipo de ambiente, sendo uma pessoa autônoma, conseguir tomar suas decisões, deveres e direitos sociais, aumentando assim sua autoestima como pessoa e construindo sua identidade e podendo criar sua própria história de vida. (III) Mercado de consumo; existem dificuldades na comunicação e interpretação dos ouvintes, pois infelizmente no mercado de trabalho faltam profissionais especializados para o atendimento a pessoas surdas. (IV) Acessibilidade aos serviços de saúde; mais uma vez a falta de preparo dos profissionais da saúde em lidar com a comunidade surda e não conhecem sobre a língua de SINAIS. (SANTOS; PORTES, 2019; PENDERGRASS et al., 2017; SIRCH et al., 2016; SKØT, 2016).

A ausência de intérpretes nas unidades de saúde e hospitais (SANTOS; PORTES, 2019; PENDERGRASS et al., 2017; SKØT, 2016; KRITZINGER et al., 2014; PEREIRA; CARVALHO, 2010). Alguns estudos mostram que os profissionais de saúde não recebem capacitação para saber como devem se portar ao fornecer atendimento a pessoas surdas. (SIRCH et al., 2016; SKØT, 2016; OLIVEIRA et al., 2015; KRITZINGER et al., 2014; PEREIRA; CARVALHO, 2010). Os surdos sentem a necessidade de se comunicar diretamente com o profissional da saúde ao descrever algum problema de saúde. A existência de uma terceira pessoa em sua conversa com um médico, por exemplo, retira a sua privacidade e autonomia de descrever algo pessoal. (SIRCH et al., 2016)

Essa escolha e a necessidade de colocar a criança precocemente dentro de um contexto comunicativo rico e estimulante são justificadas nos primeiros anos de vida pelos psicólogos do desenvolvimento. Para eles, é necessário fornecer à criança surda um meio de comunicação eficaz para que seu desenvolvimento seja o mais próximo possível ao da criança ouvinte, mesmo que ela execute outra modalidade comunicativa. (MASIERO, 2009)

Como mostram os autores acima, um dos obstáculos enfrentados por pessoas surdas, o mais citado entre eles, é a comunicação. Portanto, é perceptível a falta que a Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS) faz na socialização entre pessoas surdas e ouvintes, mesmo havendo legislação de inclusão e acessibilidade. Contudo, as falhas mais drásticas são do governo, o qual não busca acessibilidade para todo e qualquer indivíduo. Cabe ao Estado proporcionar uma educação com infraestrutura acessível para todos, incluindo os diferentes, e tornar a exclusão inexistente.

## 2.7 Diferença entre pessoas surdas e pessoas com deficiência auditiva (DA)

Há uma diferença entre pessoas surdas e pessoas com deficiência auditiva (DA). São consideradas pessoas surdas aquelas que possuem perda de audição severa a profunda, ou seja, aqueles que podem escutar pouquíssimos sons ou nenhum sinal sonoro. Sua linguagem principal é Libras através dela que se comunicam. Se identificam com a comunidade surda e têm dificuldade em entender a oralidade. Já as pessoas com deficiência auditiva possuem perda auditiva leve a moderada, moderadamente severa ou até mesmo severa.

Essas pessoas ainda conseguem ouvir algum som juntas vezes com ajuda de aparelho auditivos ou implantes cocleares, facilitando a escuta. Conseguem comunicar mesmo com a dificuldade em ouvir e não se identificam com a comunidade surda.

Barnett (2002) e Chaveiro et al. (2008) classificam as dificuldades comunicativas em três categorias: (1) pessoas com deficiência auditiva: são aquelas com perda auditiva e que ainda podem se beneficiar do código verbal e se comunicar por meio dele; (2) pessoas surdas que se comunicam oralmente: são pessoas com surdez profunda ou severa que tiveram algum contato com a linguagem oral, ou seja, surdos que receberam educação oral (surdos oralizados), ou que perderam a audição após a aquisição da linguagem oral; (3) surdos que se comunicam em língua de sinais: são aqueles que não tiveram contato com a linguagem oral (perderam a audição antes dos três anos - surdos pré-linguais). Eles têm como primeira língua (L1), a língua de sinais (LS). Muitos surdos bilíngues também se enquadram nesta categoria, nasceram surdos, têm como L1 a língua de sinais, mas conseguem estabelecer comunicação por meio da escrita e leitura labial.

Portanto, percebe-se que o indivíduo mais prejudicado em sua capacidade de se comunicar é aquele que possui surdez severa e profunda, pois seu único meio de comunicação é a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a linguagem de sinais.

## 2.8 Estudo sobre o uso da informação e acessibilidade na Arquivologia

Não são apenas os museus, arquivos e bibliotecas que são responsáveis por gerar informação, mas também outros órgãos, como empresas que fornecem informação através de recursos como telemarketing, empresas de telecomunicações, processamento de dados e outros. As organizações devem sempre buscar a resolução de problemas existentes. É necessário promover novos conhecimentos para a inclusão de todos, reduzindo a intolerância e o preconceito contra pessoas que possuem alguma diferença, possibilitando à sociedade como um todo o acesso irrestrito a qualquer tipo de informação, independentemente de suas limitações.

A acessibilidade na prática requer a qualidade do que é fornecido com o acesso. Trata-se das formas como o acesso está sendo realizado na representação da informação, comunicação e documentação. Segundo a Associação dos Arquivistas Brasileiros, é dever facilitar o acesso à informação arquivística de forma justa, alcançando o maior índice possível da sociedade. Isso faz parte dos princípios éticos do arquivista. Guinchat e Menou (1994) consideram os usuários como o elemento fundamental de todo e qualquer sistema de informação. Portanto, é importante estudar os usuários e compreender suas necessidades em relação ao acesso à informação.

O interesse em estudar sobre o uso da informação arquivística surge para entender como os cientistas e técnicos faziam para fornecer as informações solicitadas pelo usuário. Foi através dos trabalhos dos autores Bernal e Urquhart apresentados no ano de 1948 na Conferência de Informação Científica da *Royal Society of London* (BERNAL, 1948; URQUHART, 1948) que tais estudos ficaram conhecidos.

A partir da conferência meados do século XX nasceu o interesse em entender mais sobre como disseminar a informação ao usuário mediante a evolução dos estudos sobre Ciência da Informação.

Segundo Jardim e Fonseca (2004, p.1) o estudo de usuários na Arquivologia “surge nos arquivos direcionados para os arquivistas, como abordagem tradicional, para o modelo arquivos direcionados para os usuários, como abordagem alternativa.” Os autores mostram que os estudos sobre os usuários são alternativos, ou seja, não é algo com contexto primordial, que deveria ser, pois os acervos devem ter um estudo

que busque atender a toda e qualquer demanda do usuário que busque informação independente de qualquer diferença que venha ter.

Os arquivos não devem ser considerados apenas como um lugar que a maioria da sociedade vê como um ambiente que guarda documentos velhos e sem valor. Eles precisam ser valorizados como um repositório de informação, a preservação da memória de histórias que um dia existiram, para dar início a um futuro melhor, com tecnologia e pensamentos diversos.

Na revisão de literatura que os autores Jardim e Fonseca desenvolveram nas últimas três décadas, no contexto arquivístico foi avaliado na prática e teoria que os estudos sobre uso e usuários são rasos e em relação ao acesso a arquivos não existe uma motivação para a melhoria da acessibilidade à informação entre os arquivistas, os acervos e usuários. Não existe um interesse plausível em modernizar a acessibilidade à informação, gerando novos métodos e diversificando a representação da informação com uma qualidade maior entre os usos e usuários. A procura por informação não deveria ser apenas quando se faz necessário algum assunto relacionado ao ambiente trabalhista, mas sim gerar o interesse e curiosidade no indivíduo sobre a história dos arquivos e sua evolução.

Muitas vezes somos questionados sobre o que é Arquivologia e outras várias perguntas sobre sua função. No entanto, por não ser um assunto regularmente abordado perante a sociedade, torna-se desconhecido para muitas pessoas.

Segundo os autores Correia e Fransinetti (2009), com o acesso às TICs nasceu uma série de possibilidades em criar sistemas por meio de *hardware* e *software* para inclusão de pessoas que tenham necessidades especiais no ambiente arquivístico. As TICs possibilitam uma realidade mais informativa e trazem facilidades na comunicação e no acesso à informação.

Para Jardim, mesmo que existem vários arquivos que promovam a acessibilidade inclusiva por sistema, só haverá eficácia se for acrescida a interpretação intelectual. O autor defende, por exemplo, que mesmo sendo fornecido o acesso jurídico ao usuário, caso ele não entenda a informação, é desnecessária a representação da informação, pois falta o entendimento intelectual do indivíduo que está recebendo a informação. O direito à acessibilidade vai além de fornecer

informação; é necessário realizar a prática de políticas públicas de informação para o entendimento dos usuários.

### **3 METODOLOGIA**

A pesquisa caracterizou-se como descritiva, exploratória e quali-quantitativa, utilizando questionários como instrumento de coleta de dados. O universo foi composto por quinze questionários enviados, contendo dez perguntas cada. No entanto, apenas quatro questionários foram devolvidos e respondidos por profissionais da área de arquivologia nos estados da Paraíba (João Pessoa/Campina Grande) e Ceará (Fortaleza). Devido à dificuldade na obtenção de respostas, também foi realizado um levantamento com profissionais de outras cidades, enviando os questionários para arquivistas conhecidos, possibilitando assim a realização da pesquisa de campo.

Os dados foram coletados ao longo de vinte dias através do Google Forms, utilizando o método de análise de conteúdo. Os resultados da pesquisa destacaram as dificuldades enfrentadas pelos arquivistas ao atenderem usuários surdos, evidenciando lacunas na aplicabilidade das leis que garantem o direito à informação e comunicação para este grupo.

Alguns passos necessários: primeiramente, foi realizada uma revisão sistemática da literatura existente sobre acessibilidade em arquivos para identificar lacunas e tendências relevantes. Em seguida, foram produzidas 10 (dez) questões para obter respostas significativas sobre desafios e necessidades específicas desse grupo de pessoas específicas. Por fim, os dados coletados foram analisados para identificar padrões e desenvolver recomendações no sentido de melhorar o acesso à informação para indivíduos surdos no contexto da arquivologia.

O processo de codificação neste estudo seguirá um método técnico conhecido como análise de conteúdo. Isso envolve a organização e categorização dos dados coletados, a partir das respostas dos questionários realizados com arquivistas. A primeira etapa consistiu na leitura minuciosa de cada questionário para identificar unidades de significado relevantes.

### **4 APRESENTAÇÃO DOS DADOS, ANÁLISES E RESULTADOS**

Foi feito um levantamento por meio de um questionário com 4 profissionais que trabalham no ambiente arquivístico público e privado para identificar se nos

acervos existe a acessibilidade para as pessoas surdas e com base nesses resultados será possível identificar se existe alguma falha sobre a disponibilização da informação e inclusão nos acervos.

**Quadro 1: Análise da garantia de que os arquivos estão acessíveis ao público surdo.**

Pergunta	1. Como vocês garantem que os arquivos estão acessíveis para pessoas surdas?
Questionário N° 1	Com sinalizações, etiquetas informando a tipologia documental.
Questionário N° 2	Os arquivos, em sua maioria, não têm acessibilidade para surdos. Aqui, onde trabalho, não tem;
Questionário N° 3	Não estão acessíveis para pessoas surdas. Deveria.
Questionário N° 4	O arquivo digital dá pra ser acessado pela plataforma, os vídeos são todos legendados para garantir a acessibilidade

Fonte: Dados próprios de pesquisa, 2024.

No quadro 1, verifica-se o termo **não (2 e 3)** em duas respostas o que demonstra que apesar da amostra pequena - não existe em muitos arquivos, nenhuma garantia de acessibilidade à pessoa que tem a surdez como limitação humana. Já as respostas 1 e 4 se revelam interessantes. **Na 1 resposta, sinalizações, etiquetas** são respostas objetivas e positivas, porém em nenhum momento se fala que se tem alguém com um mínimo de conhecimento da língua de sinais. No **4 questionário** a resposta diz que no digital” dá **pra ser acessado”**, demonstrando uma certa improvisação, dessa forma, até pode se depreender que é algo protocolar, mais uma vez não se fala em um tradutor de libras.

**Quadro 2: Análise sobre as barreiras de acessibilidade que os surdos enfrentam ao acessar informação nos arquivos**

Pergunta	2. Quais são as principais barreiras de acessibilidade que os surdos podem enfrentar ao tentar acessar os arquivos?
Questionário N° 1	Acredito que os arquivos audiovisuais, pois para poder acessá-los é preciso da audição, infelizmente.
Questionário N° 2	Sinalização vertical, indicação sonora de espaços e serviços entre outros.
Questionário N° 3	Não tem acessibilidade. Dificuldade na comunicação e a sociedade deve se qualificar.
Questionário N° 4	Buscamos estar em constante evolução, tanto no arquivo digital quanto no físico. Não possuímos uma pessoa que fala em libras fisicamente

**Fonte: Dados próprios de pesquisa, 2024.**

De acordo com os dados obtidos nas respostas do quadro 2, foi demonstrado que a totalidade dos arquivos das pessoas respondentes não possui acessibilidade. Em um deles, por se tratar de um acervo audiovisual, é necessário poder ouvir para obter informação, e não existe nenhum método utilizado para disponibilizar acesso às pessoas surdas. Outro informou que em seu ambiente de trabalho buscam sempre evoluir, mas não possuem nenhum sistema que possa se comunicar por meio da Libras, nem profissionais intérpretes que ajudem na mediação da comunicação entre os profissionais e os surdos. Essas respostas demonstram claramente o que pensamos sobre a falta de acessibilidade nos arquivos; ou seja, ela não existe ou existe apenas parcialmente.

Analisando as respostas dos questionários, foi possível inferir que em parte dos acervos ainda há falta de acessibilidade para pessoas surdas, especialmente no que se refere ao uso dos arquivos para busca de informações.



Alguns arquivistas informaram que para garantir a inclusão, utilizam métodos facilitadores para a recuperação da informação, como sinalização e etiquetas para identificar a tipologia documental. Durante as videoaulas, também fazem uso de legendas. No entanto, é importante enfatizar que muitas pessoas surdas têm dificuldades em entender o português. Isso significa que a ideia de sinalização e legendas é significativa, mas alcança apenas os surdos bilíngues que dominam Libras e português.

Aqueles que não sabem ler o português são prejudicados. Seria ideal estudar um mecanismo que transmitisse a informação por meio de imagens, como intérpretes utilizando Libras para repassar a informação. Outra alternativa seria investir na capacitação dos funcionários para que aprendam pelo menos o básico na comunicação com os surdos.

**Quadro 3: Análise de estratégia ou tecnologias utilizadas para acessibilidade a pessoas surdas**

<b>Pergunta</b>	<b>3. Quais estratégias ou tecnologias vocês utilizam para tornar os arquivos mais acessíveis para surdos?</b>
Questionário N° 1	Não utilizo. Mas seria interessante o uso de uma inteligência artificial onde aplica-se automaticamente uma legenda nos arquivos, porém isso gera custos e nem toda instituição está disposta a arcar.
Questionário N° 2	Nos arquivos de onde trabalho, não tem nenhuma estratégia.
Questionário N° 3	Inteligência Artificial com línguas de sinais caso o funcionário do arquivo não souber responder as respostas.
Questionário N° 4	Legendas e assistentes.

**Fonte: Dados próprios de pesquisa coletados, 2024.**

No quadro 3, metade dos profissionais responderam que utilizam alguma estratégia, permitindo o arquivo mais acessível ao surdo, os outros 25% informaram que não utilizam de nenhuma estratégia e os outros 25% mencionaram que a instituição não possui tecnologia e estratégias que ofereçam acessibilidade.

**Quadro 4: Treinamento específico para saber como se portar no fornecimento de informação a pessoas surdas.**

Pergunta	5.Existe algum treinamento específico para os funcionários do arquivo lidarem com usuários surdos? Se sim, como é esse treinamento?
Questionário N° 1	Na graduação de arquivologia, existe a disciplina de libras, porém é opcional. E infelizmente nem todas as pessoas sabem
Questionário N° 2	Não
Questionário N° 3	Deveria ter o curso de Qualificação em todos os setores.
Questionário N° 4	Não

**Fonte: Dados próprios de pesquisa coletados, 2024.**

No quadro 4, 100% dos respondentes indicaram que não. Uma das respostas foi refletida sobre a importância de todos os setores serem capacitados para atenderem o público da população surda. Um deles faz observação sobre a existência da disciplina na grade curricular de Arquivologia de Libras, mas não é disciplina obrigatória apenas eletiva.

**Quadro 5: Sobre existência políticas e diretrizes na acessibilidade à pessoa surda.**

Pergunta	6.Existem políticas ou diretrizes específicas relacionadas à acessibilidade para pessoas surdas nos arquivos?
Questionário N° 1	Não
Questionário N° 2	Não
Questionário N° 3	Tem políticas públicas para acessibilidade nas leis, entretanto, os arquivos deveriam ser reforçados.
Questionário N° 4	Não

Fonte: Dados próprios de pesquisa coletados, 2024.

No quadro 5, foi respondido uma média estatística de 100% das respostas indicando a inexistência de políticas e diretrizes para acessibilidade das pessoas surdas nos arquivos.

**Quadro 6: Sobre a contribuição que o arquivo pode trazer na inclusão dos surdos na sociedade.**

Pergunta	7.Como os arquivos podem contribuir para a inclusão e participação dos surdos na sociedade?
Questionário N° 1	Como a implantação de políticas públicas para surdos, garantia de acessibilidade a capacitação de profissionais para saber o básico na linguagem de libras.
Questionário N° 2	Disponibilizando tecnologias assistivas para o acesso aos arquivos por pessoa com deficiência

Questionário N° 3	Como políticas públicas que possam ter ênfase na prática e não estar apenas no papel.
Questionário N° 4	Os arquivos disponibilizados são referentes à educação, ao finalizar o curso ele pode fazer um vídeo chamada e explicar o seu projeto (Artigo)

**Fonte: Dados próprios de pesquisa coletados, 2024.**

No quadro 6, tiveram pensamento bem diversos, dois deles acreditam que a implantação de políticas públicas e a capacitação dos profissionais da área podem contribuir para a inclusão dos surdos. O segundo, vê a tecnologia como um grande aliado.

**Quadro 7: Desafios mais comuns enfrentados na implementação de medidas na acessibilidade aos surdos nos arquivos.**

<b>Pergunta</b>	<b>8.Quais os desafios mais comuns enfrentados na implementação de medidas de acessibilidade para pessoas surdas nos arquivos?</b>
Questionário N° 1	Verba e disposição.
Questionário N° 2	A conscientização dos gestores do acesso pleno aos documentos de arquivos enquanto garantia constitucional por todo e qualquer cidadão.
Questionário N° 3	Qualificação adequada aos servidores de empresas públicas e privadas em arquivos.

Questionário N° 4	É complicado a implementação da linguagem em libras.
-------------------	--

Fonte: Dados próprios de pesquisa coletados, 2024.

Pode-se constatar que o respondente número 1, acredita que um dos desafios mais comuns são as verbas e a disposição, os demais na conscientização dos gestores e qualificação de profissionais da área e apenas um deles informa sobre a dificuldade em implementar a linguagem em libras.

**Quadro 8: A tecnologia como mediador na melhoria da acessibilidade dos arquivos para pessoas surdas.**

Pergunta	9. Como a tecnologia pode ser utilizada para melhorar a acessibilidade dos arquivos para pessoas surdas?
Questionário N° 1	O uso da inteligência artificial seria benéfico nesse caso, com a criação de um painel interativo, para que as pessoas surdas pudessem interagir por meio de mensagens e localizar arquivos.
Questionário N° 2	Através de aplicativo e tecnologias assistivas que permitam o acesso pleno aos documentos de arquivo e as informações arquivísticas.
Questionário N° 3	Adequação da linguagem de tecnologia no âmbito do Arquivo. Podendo ser Inteligência Artificial, Chat Gpt.

Questionário N° 4	Inclusão das leis de acessibilidade nos Arquivos Escolares e institucionais
-------------------	---

Fonte: Dados próprios de pesquisa coletados, 2024.

No quadro 8, as respostas de número 1 e 3 veem a inteligência artificial como um aliado na evolução da acessibilidade aos surdos. A descrição de número 2, de alguma forma é relacionada também com a tecnologia, na criação de aplicativos com o intuito de permitir acesso aos documentos dos acervos de uma forma autônoma. A seguinte resposta 4 ver a possibilidade de inclusão, a partir de métodos mais rígidos no cumprimento da lei em acessibilidade nos arquivos escolares e institucionais.

## 5 DISCUSSÃO

É possível sim que um arquivo audiovisual seja acessível a uma pessoa surda, criando estratégias de inclusão com plataformas que utilizem intérpretes para disseminar a informação aos surdos. Por exemplo, na televisão, as pessoas surdas são deixadas de lado, pois não há empatia na adaptação para fornecer acesso a intérpretes em toda a programação.

Se nos arquivos audiovisuais existisse uma plataforma em que nas imagens houvesse a presença de um intérprete fornecendo a comunicação através de sinais, seria uma forma de inclusão não apenas nos arquivos audiovisuais, mas também na programação de uma emissora e outros ambientes. Seria possível que pessoas surdas fossem incluídas de forma autônoma na sociedade, melhorando assim sua autoestima.

É importante lembrar que pessoas surdas não têm nenhum problema em seu desenvolvimento cognitivo, podendo participar de atividades normais como qualquer outra pessoa que não tenha nenhuma limitação.

Sobre as estratégias ou tecnologias que podem ser utilizadas para a melhoria da acessibilidade para pessoas surdas, pode ser que a inteligência artificial venha ajudar de alguma forma, a comunicação entre os surdos e o profissional arquivista, seja na interpretação da linguagem ou na criação de plataformas com a intenção de transmitir a informação.

Mesmo com a tecnologia avançando, acreditamos que a forma ideal de inclusão seria na resolução em tornar a língua brasileira de sinais, uma língua universal para todos os brasileiros, sendo possível a comunicação de uma forma geral com os surdos, sem existir barreiras na comunicação. A linguagem em libras deveria estar presente tanto na educação infantil quanto na educação fundamental, média e universitária para modernizar essa cultura engessada.

No curso de Arquivologia, existe uma disciplina de Libras; no entanto, ela é eletiva. Acreditamos que deveria ser considerada obrigatória, ajudando assim na capacitação do arquivista, pois somos mediadores da informação e é necessário que esta seja acessível a todos. Devemos lembrar que isso não é apenas uma prerrogativa do curso de Arquivologia, mas de outras graduações, como licenciaturas e Fonoaudiologia, também deveriam ter a disciplina como obrigatória, pois isso criaria uma cultura mais abrangente na formação profissional.

Não se sabe se as entidades empresariais não fazem treinamento por falta de usuários que procuram informação. Porém, como vai existir procura se não permitir acessibilidade? Às pessoas surdas podem sentir-se inferiorizadas e esquecidas ao procurarem informação, porque sabem sobre a complexibilidade deste ato. Essa é uma luta que deve ser vencida a cada dia para uma melhoria na cultura brasileira.

Na pergunta se existem políticas ou diretrizes específicas para gerar acessibilidade a pessoas surdas. Os profissionais que responderam os questionários **1, 2 e 4** informaram que não havia nenhuma política para ajudar na acessibilidade. Já na resposta **3** é ressaltada a existência de políticas públicas e leis que falam sobre acessibilidade, mas é essencial reforçar essas políticas públicas nos arquivos para melhoria no acesso a pessoas surdas. Como foi destacado anteriormente, existem três leis pela inclusão, acessibilidade e sobre a linguagem brasileira de sinais que foi reconhecida como linguagem na comunicação: **Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. No entanto, mesmo com toda essa legislação é observada a falta de inclusão, acessibilidade e aprendizagem das línguas de sinais na sociedade.

A contribuição que os arquivos podem fazer na inclusão e participação dos surdos na sociedade, as respostas de número 1 e 3 acreditam ser possível na implementação de políticas públicas dentro dos acervos. Entretanto na resposta de

número 2 ver a tecnologia assistiva o principal aliado na facilidade de ajudar na acessibilidade à pessoa surda. As duas formas de utilização dos métodos indicados são importantes pois uma completa a outra.

Por último, foi feita uma análise sobre a resposta de número 8 (oito) que busca entender quais os desafios mais comuns enfrentados na implementação de medidas de acessibilidade para pessoas surdas? Obtivemos respostas diversas no questionário de número (1) é visto a questão da verba e disposição. No (2), a conscientização dos gestores em fornecer acesso a pessoas surdas. Já o (3) acredita que o problema está na capacitação dos profissionais da rede pública e privada.

A última resposta (4) demonstra a complicação na instituir a linguagem em libras. Os quatro aspectos são essenciais para a discussão, pois ambas se fazem necessário na formação de um contexto para melhoria, pois nem todas instituições estão abertas a investir financeiramente em medidas de acessibilidade. É importante uma política de conscientização dos gestores, mostrando a necessidade de implantar acessibilidade às pessoas surdas como forma de incluí-las como usuários reais. Por último, a pesquisa demonstrou que a linguagem é a principal barreira de comunicação realmente e se torna uma vilã quando é necessário dialogar com uma pessoa surda. O receptor da mensagem não consegue entender a informação.

## **6 CONCLUSÃO**

A pesquisa realizada sobre as experiências vividas por profissionais arquivistas em relação à acessibilidade nos arquivos para pessoas surdas mostrou uma problemática significativa. Há uma necessidade de capacitação dos profissionais da área para se comunicarem efetivamente com usuários surdos. É importante destacar que a pesquisa enfrentou limitações devido à dificuldade significativa na obtenção de respostas aos questionários enviados. Este ponto levanta uma crítica à cultura brasileira, pois existe uma falta de costume em responder a questionários científicos, o que limita a análise dos dados.

Dos respondentes, observou-se o interesse dos profissionais em buscar melhorias na acessibilidade nos arquivos, mas existe uma carência na infraestrutura e conscientização dos gestores de instituições públicas e privadas. Existe um conjunto de situações para serem ajustadas na melhoria desse problema, mas como profissionais da gestão da informação e guardiões da história e do conhecimento,



torna-se importante parte primeiramente do que o profissional se conscientize o pensamento e queira mudanças nos acervos, como também tente conscientizar a instituição e pessoas em seu ambiente de trabalho sobre a importância na acessibilidade para as pessoas surdas. Na pesquisa, observou-se que a tecnologia se mostrou uma grande aliada, sendo a inteligência artificial uma forma de mediar a comunicação entre surdos e ouvintes.

Pode-se deduzir ainda, que seria importante a sociedade criar o interesse e sair da sua zona de conforto para aprender a linguagem de sinais. Se cada ouvinte aprendesse a língua brasileira de sinais, estaríamos mais perto de uma comunicação justa e acessível aos surdos.

Por fim, concluímos que há uma evidente falta de estudos mais aprofundados sobre a inclusão de surdos no ambiente arquivístico. Portanto, se faz presente que mais pesquisadores realizem análises detalhadas sobre este tema, na esperança de que um dia tenhamos uma sociedade mais igualitária para todos independentes das limitações de cada indivíduo.

## REFERÊNCIAS

COSTA, Luciana Ferreira. et al. Para além dos estudos de uso da informação arquivística: a questão da acessibilidade. Scielo Brasil. Brasília, DF, v. 39, n. 2, p. 129-143 maio/ago.2010

DE CARVALHO, Rosana Passos Quitério. O surdo e o mercado de trabalho: conquistas e desafios. Caleidoscópio, v. 4, n. 1, p. 105-111, 2012.

LOPEZ, M. H.; GRIEBELER, W. R.; VERGARA, L. G. L. Barreiras de acessibilidade enfrentadas por pessoas surdas no setor de serviços: Uma revisão integrativa da literatura. Saber Humano: Revista Científica da Faculdade Antonio Meneghetti, v. 10, n. 17, p. 165-191, 2020.

MORI, Nerli Nonato Ribeiro; SANDER, Ricardo Ernani. História da Educação dos surdos no Brasil. Seminário de Pesquisa do PPE. Universidade Estadual de Maringá, v.2, p. 01-16 Dezem. 2015

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. Assembleia Legislativa. Lei nº N° 10.436, de 24 de abril de 2002. Lei Nº 10.436, de 24 de Abril de 2002: Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm). Acesso em: 20 ago. 2023.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA SECRETARIA-GERAL SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. Assembleia Legislativa. Lei nº N° 13.146, de 06 de julho de 2015. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015: Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 20 ago. 2023.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. Assembleia Legislativa. Constituição (2011). Lei nº N° 12.527, de 18 de novembro de 2011. Lei Nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011: Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º , no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de

8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: [https://planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](https://planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm). Acesso em: 20 ago. 2015.

QUADROS, R. M; Schmiedt, A. L. Português como segunda língua: a escrita de surdos em aprendizagem coletiva. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

TOGNOLI, B. N.; ROCHA, Q. M. G. A justiça social na Arquivologia: uma revisão de literatura. *Ágora: Arquivologia em debate*, Florianópolis, v. 31, n. 63, p. 01-23, jul/dez. 2021

VAN, Cleve; JOHN, Vickrey; BARRY, Crouch. *A Place of Their Own: Creating the Deaf Community in America*. Washington, D.C: Gallaudet University Press, 1989.

Valentini, R. C; Bisol, L. F. Avaliação do ler e do escrever de surdos pela língua brasileira de sinais. *Revista de Psicologia da Infância e da Adolescência*, v. 20, n.3, p. 241. 2012

ZANCAN, Maria Lúcia. Vivências e percepções de uma acadêmica surda nas atividades de estágio no curso de Pedagogia. Monografia apresentada à Universidade de Rondônia, Vilhena, p.01-73, março. 2024. Disponível em: [TCC - Maria Lúcia Zancan - versão final.pdf](#). Acesso em: 06 de junho. 2024

## **APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA AVALIAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS NOS ARQUIVOS COM PROFISSIONAIS ARQUIVISTAS**

### **Questionário de pesquisa de Campo**

1. Como vocês garantem que os arquivos estão acessíveis para pessoas surdas?
2. Quais são as principais barreiras de acessibilidade que os surdos podem enfrentar ao tentar acessar os arquivos?
3. Quais estratégias ou tecnologias vocês utilizam para tornar os arquivos mais acessíveis para surdos?
4. Como a linguagem utilizada nos documentos e registros dos arquivos pode impactar na acessibilidade para pessoas surdas?
5. Existe algum treinamento específico para os funcionários do arquivo lidarem com usuários surdos? Se sim, como é esse treinamento?
6. Existem políticas ou diretrizes específicas relacionadas à acessibilidade para pessoas surdas nos arquivos?
7. Como os arquivos podem contribuir para a inclusão e participação dos surdos na sociedade?
8. Quais são os desafios mais comuns enfrentados na implementação de medidas de acessibilidade para pessoas surdas nos arquivos?
9. Como a tecnologia pode ser utilizada para melhorar a acessibilidade dos arquivos para pessoas surdas?
10. Quais são as práticas recomendadas para garantir a inclusão e acessibilidade de pessoas surdas nos arquivos escolares e institucionais?

## **AGRADECIMENTO**

Primeiramente, agradeço a Deus por me ajudar nesta jornada e por me proporcionar a alegria de concluir minha graduação em Arquivologia, concedendo-me sabedoria ao longo do caminho para persistir e não desistir. A caminhada não foi fácil; houve dias difíceis e alegres, mas em todos eles, Deus me fortaleceu para seguir em frente. Obrigada, Jesus, sem o Senhor, nada disso seria possível.

Agradeço ao meu esposo, Allison, por toda dedicação e incentivo, por segurar minha mão e me encorajar a não desistir no meio do caminho durante todo esse tempo.

À minha mãe, Maria do Socorro, por acreditar em mim e estar ao meu lado em todos os momentos da minha vida, sejam eles bons ou ruins. Foi vendo sua determinação, coragem e força que me tornei a mulher que sou hoje.

Agradeço aos meus colegas de curso pelo apoio e aprendizado.

Gratidão aos meus professores por todo conhecimento adquirido, preparando-me para ser uma profissional de qualidade no mercado de trabalho e por me ajudarem a crescer como indivíduo, abrindo minha mente para assuntos diversos e complexos.

Agradeço à minha orientadora, Profa. Dra. Francinete Fernandes Sousa, por todo o apoio, dedicação e incentivo.

A todos que me incentivaram e ajudaram ao longo do caminho, minha sincera gratidão.

Muito obrigada!